



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SAÚDE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA

CAMILA COSTA DO NASCIMENTO
DANIELA VARELA DE OLIVEIRA

Análise Crítica do Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Fisioterapia da
Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Araranguá: Perspectivas sobre Educação
para Relações Étnico-Raciais e Gênero

Araranguá

2024

CAMILA COSTA DO NASCIMENTO

DANIELA VARELA DE OLIVEIRA

Análise Crítica do Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Fisioterapia da Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Araranguá: Perspectivas sobre Educação para Relações Étnico-Raciais e Gênero

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Fisioterapia do Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Fisioterapia.

Orientador: Prof^o Dr. João Matheus Acosta Dallmann

Araranguá
2024

AGRADECIMENTOS

Agradecemos inicialmente aos nossos pais que se fizeram presentes durante esta longa trajetória acadêmica. Sem o amor e apoio deles, não seria possível concluir a graduação e conquistar o sonhado diploma, este sonho também é deles!

Aos amigos que acreditaram e apoiaram este sonho, e também àqueles que sonharam junto nas aulas, trabalhos e estudos em grupo.

Agradecemos ao nosso orientador João Matheus por todo conhecimento ofertado e acolhimento, que nos auxiliou na construção deste trabalho de conclusão de curso, que não é somente um trabalho, mas sim a busca por equidade e justiça para a população negra e LGBTQIAP+, que se incluem os discentes que ingressaram ou ainda irão ingressar no curso de Fisioterapia da UFSC Campus Araranguá.

Agradecemos também a Bruna, Jéssica e Vera por terem aceitado nosso convite para fazer parte da banca do nosso TCC. Gratidão por toda paciência conosco.

Não podemos deixar de agradecer também o setor de apoio aos estudantes da UFSC Araranguá e os trabalhadores técnicos que se fazem presentes na luta diária por uma universidade mais inclusiva e diversa.

Eu, Camila, agradeço minha tia Zélia Costa (em memória), que era uma mulher incrível e forte, e que foi uma das inspirações para a escrita deste trabalho, pois faleceu por complicações da doença falciforme.

Por fim, agradecemos a todos os trabalhadores terceirizados, que, mesmo sem perceberem, fazem nossos dias mais completos e felizes.

RESUMO

O projeto pedagógico de curso (PPC) é um instrumento que estrutura e fundamenta a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa das licenciaturas e bacharelados brasileiros. O estudo busca analisar criticamente a inserção dos estudos de gênero e educação das relações étnico-raciais no PPC do bacharelado em Fisioterapia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A formação e qualificação de trabalhadores da saúde apresenta grandes desafios, atingindo de forma singular pessoas negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIAP+, pessoas com deficiência e altas habilidades, estrangeiros e refugiados que ingressam no ensino superior, tendo em vista as consequências do racismo estrutural sobre suas identidades e os diversos processos históricos e sociais que nelas se interseccionam.

Palavras-chave: Gênero, raça, saúde da população negra, PPC, PPP

ABSTRACT

The course pedagogical project (PPC) is an instrument that structures and bases the academic, pedagogical and administrative management of Brazilian degrees and bachelor's degrees. The study seeks to critically analyze the inclusion of gender studies and education of ethnic-racial relations in the PPC of the Bachelor's degree in Physiotherapy at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). The training and qualification of health workers presents major challenges, affecting black, indigenous, quilombola, LGBTQIAP+ people, people with disabilities and high skills, foreigners and refugees who enter higher education in a unique way, given the consequences of structural racism on their identities and the various historical and social processes that intersect within them.

Keywords: Gender, race, health of the black population, PPC, PPP

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABENFISIO	Associação Brasileira de Ensino em Fisioterapia
CAPS IJ	Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
COFFITO	Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
CUn	Conselho Universitário
CUT	Central Única do Trabalhadores
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral a População Negra
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPP	Projeto Político Pedagógico
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - Disciplinas Analisadas.....	22
---	-----------

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 POPULAÇÃO NEGRA E EDUCAÇÃO.....	12
3 POPULAÇÃO NEGRA E SAÚDE.....	14
4 GÊNERO E SAÚDE.....	15
5 MATRIZ CURRICULAR.....	19
6 METODOLOGIA.....	21
7 ANÁLISE DOCUMENTAL.....	21
8 COLETA DE DADOS.....	22
9 DISCUSSÃO.....	31
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO.....	35
11 REFERÊNCIAS.....	37

“Estudei inglês na escola mais conhecida da cidade. Lembro que, quando cheguei para a minha primeira aula, as conversas animadas foram substituídas pelo silêncio assim que fui vista. Todos pararam para me olhar e comentar. Mas não perdi a pose. Segurei os livros bem junto de mim, ergui a cabeça e fingi que não havia nada acontecendo.”

(RIBEIRO, 2018, p.09).

1. INTRODUÇÃO

Este estudo analisa criticamente o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nosso enfoque será dado à ausência e presença dos conteúdos relativos aos estudos de gênero, raça/etnia. O objetivo desta análise é estabelecer a importância de abordar as lacunas existentes e ampliar o olhar sobre o avanço da educação em Fisioterapia inclusiva e equitativa. Além disso, explica um raciocínio por trás da exploração das perspectivas das relações étnico-raciais e de gênero no âmbito do PPP, enfatizando a importância de combater as desigualdades e preconceitos sistêmicos na educação.

Olhar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) sob uma perspectiva racializada e de gênero é colocá-lo sob questionamento, ou melhor, compreendê-lo como uma construção hegemônica de uma estrutura autodenominada universal. Uma vez que sua natureza pressupõe abranger todas as especificidades dos componentes constituintes do curso, com base no texto de Lélia Gonzalez, racismo e sexismo na cultura brasileira, percebemos que o PPP não passa de uma ferramenta estruturada sob a ótica do dominador. Ao silenciar a perspectiva racial em sua construção, ele exerce um dos principais mecanismos de sua própria natureza: o de marginalizar o dominado, tomando para si o protagonismo da construção. Assim, o PPP tende a perpetuar, por meio do silenciamento racial e de gênero, o mecanismo de dominação e marginalização, uma vez que sua construção parte de um lugar específico, denominado por Cida Bento como, o lugar da branquitude, que se afirma, por meio do silenciamento de outros corpos, como todo e universal. Seus efeitos tendem a ser mais violentos nos corpos correspondentes às interseções raciais de gênero e classe, recaindo assim com maior impacto sobre mulheres pretas de periferia, com maior intensidade ainda se essas mulheres forem mães, cujos corpos culturalmente estiveram associados a servidão, não só não tendo sido contemplado em suas particularidades por tal PPP, como não tendo voz em sua construção. E sendo assim infantilizado, ou domesticado por meio de ferramentas de silenciamento.

A educação antirracista aborda uma pluralidade de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógica promovendo igualdade racial, eliminando formas de discriminação e opressão, tanto individual como institucional (TROYNA et al., 1990 apud FERREIRA 2012). Um ambiente acadêmico estruturado e montado a partir de uma ótica branca, desampara alunos afrodescendentes, deixando-os isolados e promovendo a manutenção do racismo utilizando estratégias como às reprovações disciplinares. A evasão do povo preto no ensino superior está diretamente relacionada às condições socioeconômicas do aluno, dificuldades emocionais, carga

horária obrigatória excessiva e desencanto com o curso durante sua dura trajetória acadêmica. Todos esses obstáculos estão diretamente ligados ao racismo institucional presente nestes espaços. O racismo não se resume a comportamentos particulares, mas há um sistema que confere ainda que indiretamente benefícios e privilégios a partir da raça. Instituições influenciam o comportamento humano interferindo em tomadas de decisões, sentimentos e preferências (ALMEIDA, 2018). A ascensão social é o sonho de todo jovem negro periférico e a educação pública exerce um papel fundamental na geração de oportunidades igualitárias. As políticas educacionais e ações afirmativas são os facilitadores deste processo, tornando assim a comunidade acadêmica mais diversa.

O Sistema Único de Saúde (SUS) preconiza dentre suas diretrizes e princípios a universalidade no acesso à saúde, assegurando que todas as pessoas, independente de sua condição social, raça ou gênero receba atendimento gratuito e integral. A instituição sendo referência em promoção de saúde, detém a responsabilidade de orientar práticas educacionais, estimulando assim a formação de profissionais comprometidos com as lutas sociais. Neste contexto foi aprovado em 2006 a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que busca combater a discriminação étnico-racial em serviços de atendimento oferecidos ao SUS, assim como promover a equidade na saúde da população negra (MONTEIRO, 2016).

O campo da Fisioterapia abrange diversas áreas de atuação, dedicando-se à prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de distúrbios do movimento, entretanto, pouco se questiona o modelo anatômico estudado. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de fisioterapia propõe em seu 6º artigo o estudo da Ciência Sociais e Humanas, e afirma que o currículo deve contribuir na compreensão, interpretação, preservação e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA, 2002).

A inexistência da temática nos currículos e programas dos cursos de formação dos profissionais da área de saúde evidencia que mesmo após implementação das políticas públicas nas universidades federais e regulamentação da Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003), inserindo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira em todos os níveis de educação, não há nenhuma garantia que este espaço esteja combatendo o racismo e sexismo de forma efetiva.

A educação das relações étnico-raciais é um campo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Este campo de estudo e prática pedagógica visa promover a

compreensão, o respeito e a valorização das diversas identidades étnico-raciais presentes na sociedade. Além disso, busca combater o racismo, a discriminação racial e as desigualdades históricas e sociais que afetam grupos racializados.

O reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial são pilares fundamentais da educação das relações étnico-raciais. Este objetivo visa promover o reconhecimento e a valorização das diferentes culturas, histórias e contribuições dos diversos grupos étnico-raciais. Para isso, é essencial incluir conteúdos curriculares que reflitam a pluralidade cultural e histórica da sociedade, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação que respeite e celebre a diversidade.

O combate ao racismo e à discriminação racial é uma das principais metas da educação das relações étnico-raciais. Este objetivo envolve o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que visem a desconstrução de estereótipos e preconceitos raciais. Além disso, é crucial implementar políticas de combate ao racismo institucional e estrutural dentro das instituições educacionais, criando um ambiente escolar mais justo e igualitário para todos os estudantes.

A promoção da igualdade de oportunidades é um aspecto central da educação das relações étnico-raciais. Este objetivo busca garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem étnico-racial, tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais. Para alcançar essa meta, é necessário implementar ações afirmativas e políticas de inclusão que visem a equidade no ambiente escolar, assegurando que todos os alunos possam desenvolver seu potencial plenamente.

A formação de educadores é um componente crucial para o sucesso da educação das relações étnico-raciais. Este objetivo envolve capacitar professores e demais profissionais da educação para lidar com a diversidade étnico-racial de maneira crítica e inclusiva. Oferecer formação continuada que aborde questões étnico-raciais e promova práticas pedagógicas antirracistas é fundamental para que os educadores possam atuar de forma eficaz na promoção da igualdade racial.

A construção de identidades positivas é um objetivo essencial da educação das relações étnico-raciais. Este objetivo visa auxiliar os estudantes na construção de identidades positivas e fortalecidas, livres de estigmas e discriminações. Fomentar o orgulho e a autoestima dos estudantes pertencentes a grupos étnico-raciais historicamente marginalizados é crucial para o desenvolvimento de cidadãos críticos e comprometidos com a justiça social.

A educação das relações étnico-raciais desempenha um papel vital na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao reconhecer e valorizar a diversidade étnico-racial, combater o racismo e a discriminação, promover a igualdade de oportunidades, formar

educadores conscientes e construir identidades positivas, este campo de estudo e prática pedagógica contribui significativamente para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a justiça social.

2. POPULAÇÃO NEGRA E EDUCAÇÃO

Desde a chegada dos povos africanos em território nacional sua exploração foi totalitária, reprimindo qualquer garantia no campo da educação. Os comerciantes de escravos, vendiam escravizados como se fossem mercadorias, sem qualquer compaixão por eles ou seus decentes. A primeira constituição do país (Império do Brasil, 1824), impedia a alfabetização dos Africanos e seus descendentes, pois não eram considerados cidadãos (DOMINGUES, 2009). Em 1888, com a Lei Áurea e posteriormente a instalação da República no ano de 1889, iniciou-se uma lenta inserção dos Africanos e seus descendentes afro-brasileiros nas escolas oficiais do país (SABINO et al., 2022). Embora o acesso à escolarização tenha sido concedido, atravessou diversos mecanismos sutis de resistência: os negros careciam de um responsável para efetuar suas matrículas escolares, vestimentas adequadas conforme fosse solicitado e também precisavam arcar com os custos de material didático (BARROS, 2005).

O sistemático desinteresse do Estado em relação ao acesso à educação pública da população negra vem sendo denunciada há anos, pelo Movimento Negro Unificado (MNU) e inúmeras outras associações antirracistas e movimentos sociais negros do Brasil e do mundo. Os pioneiros na articulação, mobilização e reivindicação por igualdade foram o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnada 13 de maio (1906) e o Centro Cultural Henrique Dias (1908). Estas organizações buscavam na primeira República a eliminação das práticas racistas no cotidiano da sociedade brasileira (ANDRADE, 2017).

As constantes denúncias sobre a exclusão e abandono efetuadas pelos movimentos negros resultaram na implementação de políticas públicas de combate às desigualdades raciais e sociais na educação brasileira pela Lei nº 10.639 de 2003. A lei inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola no Parecer do Conselho Nacional de Educação (SABINO et al., 2022). O documento para além da exigência de conteúdos traz em sua essência a importância de educar para as relações étnico-raciais, especialmente na educação básica, pois as tensões que reverberam em salas de aula são fruto de uma sociedade marcada por profundas desigualdades raciais e históricas.

A partir dos anos 2000, a crescente representação negra entre docentes nas universidades federais começa a ser sentida e fomentar as discussões sobre o acesso à educação superior. O protagonismo dos movimentos negros conquistou grande visibilidade sobre o tema em âmbito nacional, provocando o Supremo Tribunal Federal (STF) a se pronunciar sobre a constitucionalidade da política de Ações Afirmativas, abrindo caminho para a aprovação da Lei 12.711/2012 (COSTA, 2023). Seu propósito é resolver ou minimizar a desigualdade no ingresso ao ensino superior, proporcionando oportunidades equânimes para estudantes de grupos historicamente marginalizados. A política de cotas não é um facilitador para acessar às universidades públicas, a mesma busca democratizar o acesso à educação superior, reconhecendo a necessidade de medidas afirmativas para corrigir as disparidades e promover uma sociedade mais inclusiva.

A Universidade Federal de Santa Catarina foi uma das pioneiras em implementar Ações Afirmativas. O primeiro sistema de reserva de vagas para pessoas negras foi fundado em 2008, quatro anos antes da instalação da lei 12.711/2012. A instituição assumiu o compromisso de incentivar a pluralidade na comunidade acadêmica. Anos mais tarde criou a Secretaria de Ações Afirmativas e posteriormente, com a eleição da primeira docente negra para o cargo de vice-reitora, a Professora Joana Célia dos Passos do Centro de Ciências da Educação, criou a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade e instituiu sua própria Política de Enfrentamento ao Racismo Institucional no ano de 2022 (UFSC, 2024). Ambas ações são exemplos concretos de como a Universidade está comprometida em criar um ambiente abrangente e equitativo. A Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade trabalha para garantir que as políticas sejam efetivamente implementadas e para desenvolver programas que promovam a inclusão e a equidade dentro da instituição. A Política de Enfrentamento ao Racismo Institucional, por sua vez, estabelece práticas para identificar, combater e prevenir o racismo em todas as suas formas, assegurando que todos os membros da comunidade acadêmica possam estudar e trabalhar em um ambiente livre de discriminação racial (RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 175/2022/CUn, 2022).

De acordo com dados divulgados pela UFSC no ano de 2008, apenas 170 alunos negros concluíram o ensino superior na instituição, já em 2023 o número subiu para 442 alunos. Havendo um recorde no número de formandos negros, representando 17% do total de pessoas diplomadas (UFSC, 2024). Apesar do aumento, o número está abaixo quando relacionamos com a parcela da população preta e parda que reside no Brasil (55,5%) e em Santa Catarina (23,29%). No Censo de 2022, cerca de 92,1 milhões de pessoas se declararam pardas (IBGE, 2022). Esse cenário evidencia a necessidade do seguimento das políticas

afirmativas e ações concretas para garantir uma representatividade proporcional em universidades brasileiras, refletindo a diversidade demográfica do país.

3. POPULAÇÃO NEGRA E SAÚDE

A população negra brasileira enfrenta desafios complexos e persistentes no campo da saúde, refletindo desigualdades sociais e estruturais que permeiam o país. O corpo negro carrega consigo o peso de uma trajetória marcada pela dor, tanto física quanto emocional (DAVIS, 1981). Desde os efeitos do racismo estrutural até as iniquidades no acesso à saúde, cada fibra desse corpo conta uma história de luta e resistência diante de adversidades persistentes.

O regime escravocrata obrigou os africanos e seus descendentes a buscarem adaptações em suas práticas médicas tradicionais, o que faziam apoiados na memória de rituais, símbolos e na perseverança da liberdade (WERNECK & LOPES, 2010). As práticas de saúde criadas pelos africanos e seus descendentes foram fundamentais para a sobrevivência física e emocional da população negra escravizada e a perpetuação das memórias e tecnologias ancestrais. As estratégias de resistência, baseadas no conhecimento ancestral e nas tradições culturais, proporcionaram não apenas alívio de suas dores e doenças, mas também um sentido de comunidade e vínculo.

De acordo com a Constituição Federal (art. 196), "a saúde é um direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (BRASIL, 1988). Com base nesse princípio, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi fundado e estruturado, seguindo diretrizes e princípios específicos. Um deles é a equidade, que assegura a igualdade na atenção à saúde, sem privilégios ou preconceitos (WERNECK & LOPES, 2010). A equidade exige que o sistema disponibilize recursos e serviços de maneira justa, conforme a necessidade de cada indivíduo. Isso significa que o SUS deve adaptar-se às particularidades culturais e sociais, garantindo que todos recebam o atendimento integral e equitativo.

Estudos nacionais focados na área da saúde que utilizam variáveis de raça/cor denunciam disparidades preocupantes no acesso à saúde das populações afro-brasileiras, indígenas e quilombolas. Em uma edição especial do boletim ELSA-Brasil de 2023, foram

evidenciados desfechos desfavoráveis em relação a indicadores de doenças crônicas e adversidades na população negra. Os resultados mostram que, no início do acompanhamento do ELSA, entre 2008 e 2010, para cada pessoa branca convivendo com seis ou mais condições crônicas, havia aproximadamente 13 pessoas pardas e 15 pessoas pretas nas mesmas condições. Entre os pretos, os índices de adoecimento são alarmantes: 48% sofrem de hipertensão, 27% de diabetes, 11% de doença renal crônica, e quase um terço do grupo é obeso (JORNAL - USP, 2023). Esses dados ressaltam a importância das políticas públicas específicas e efetivas que visam reduzir essas desigualdades. Além disso, é crucial aumentar a conscientização sobre essas disparidades e incentivar pesquisas contínuas para monitorar e abordar essas questões de saúde pública de forma abrangente e inclusiva.

Buscando reduzir essas desigualdades em serviços de saúde à população negra, em 2009 foi anunciada a criação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Seu propósito é garantir a igualdade na efetivação do direito humano à saúde, abrangendo aspectos de promoção, prevenção, atenção, tratamento e recuperação de doenças e agravos transmissíveis e não transmissíveis. Entre as diretrizes da portaria, destaca-se a inclusão do tema racismo e saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde, bem como no exercício do controle social da saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

A PNSIPN busca promover a equidade no SUS por meio de estratégias específicas, como a sensibilização e capacitação dos profissionais de saúde para o atendimento adequado à população negra. Além disso, a política enfatiza a importância de pesquisas e levantamentos de dados sobre a saúde da população negra, visando identificar e combater as iniquidades. A implementação da PNSIPN inclui a criação de comitês de saúde da população negra em diferentes níveis de governo, para monitorar e avaliar o progresso das ações e garantir que as necessidades dessa população sejam atendidas de forma eficaz. Outro ponto crucial da PNSIPN é a promoção de campanhas de conscientização pública sobre os impactos do racismo na saúde, tanto para a população em geral quanto para os próprios profissionais de saúde. Essas campanhas visam desmistificar preconceitos e informar sobre os direitos à saúde da população negra, incentivando a busca por atendimento e a utilização dos serviços de saúde disponíveis (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

4. GÊNERO E SAÚDE

O termo "gênero" refere-se a um sistema de classificação que distingue fenômenos com base em diferenças sociais e culturais, em vez de características biológicas inerentes. Historicamente, a palavra tem suas raízes no verbo latino *generare*, que significa gerar, e evoluiu para abarcar conceitos de sexo, sexualidade, diferença sexual, e engendramento. Em diferentes idiomas, como inglês (*Gender*), alemão (*Geschlecht*), francês (*Genre*), e espanhol (*Género*), o termo pode implicar em categorias gramaticais, literárias, e sociais. No contexto feminista, gênero é visto como um processo dinâmico de construção e desconstrução de corpos e identidades em um mundo de contestações, refletindo tanto a experiência significativa quanto as relações de poder (HARAWAY, 2023). O feminino, por outro lado, está interligado a características biológicas, culturais e sociais, ficando pré estabelecido ao nascimento quais vivências este indivíduo percorrerá ao longo da vida, mulheres negras experienciam há anos opressões sexistas e racistas sobre seus corpos, a ausência do controle sobre os mesmos foi um grande marco do regime escravocrata.

O avanço da produção acadêmica com a temática mulheres em 1970 elencou o conceito gênero as pautas feministas, e desde então tem sido interpretado de formas distintas por diferentes correntes (FARAH, 2004). O feminismo negro em seu princípio emerge de demandas específicas das mulheres negras, a ampliação e aprofundamento dos estudos fez pensar-se no encruzilhamento das opressões, assim nascendo o conceito interseccionalidade com Kimberle Crenshaw, ela evidenciando como raça, classe e gênero se cruzam combinando diferentes formas de exclusão (CRENSHAW, 1989).

Donna Haraway em “Gênero para um dicionário marxista” (2023) analisa que a saúde da mulher, especialmente no contexto das mulheres afro-americanas, é profundamente influenciada por fatores sociais e históricos que vão além das questões médicas tradicionais. Os direitos reprodutivos dessas mulheres frequentemente envolvem a luta contra práticas coercitivas e discriminatórias, como a esterilização forçada e a gravidez forçada, além de enfrentar desafios como a alta mortalidade infantil e a educação racista. Enquanto as mulheres brancas têm historicamente focado na autonomia sobre seus corpos em termos de concepção, gravidez, aborto e nascimento, as mulheres negras têm que lidar com um aspecto mais amplo de opressões que afetam diretamente sua saúde e bem-estar. Assim, a luta pela saúde da mulher é intrinsecamente ligada à luta por justiça social e igualdade de direitos, refletindo a necessidade de um enfoque holístico que considere as diversas realidades vividas por diferentes grupos de mulheres.

Saúde não é um conceito abstrato, e sim resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade e acesso a serviços de saúde, entre muitas outras singularidades culturais e sociais não eurocentradas. A saúde é determinada conforme o contexto histórico de cada sociedade e num determinado momento de seu desenvolvimento e deve ser conquistada através das lutas cotidianas da população (8ª Conferência Nacional de Saúde - Brasil, 1986). A disparidade no acesso à saúde é uma vivência enfrentada diariamente em todas as regiões do país por mulheres negras, os desafios que vão desde atendimentos inadequados à falta de representatividade muitas vezes são camuflados pelas próprias instituições. Quando vamos ao médico muitas vezes somos descredibilizadas em relação à dor física ou emocional que relatamos, diagnósticos tardios e tratamentos inadequados assombram a população afrodescendente repercutindo nas altas taxas de mortalidade.

Para melhor compreensão, dados preliminares do Ministério da Saúde referente ao ano de 2022 indicam que, enquanto o número de mortes maternas está 46,56 para mulheres brancas, a porcentagem em mulheres pretas é mais que o dobro, atingindo 100,38 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023). Estereótipos ligados às mulheres negras, sobre o quanto são fortes e resistentes, potencializam esses desfechos desiguais em serviços de saúde.

Reavaliar o processo de ensino e aprendizado de profissionais da saúde é uma demanda emergencial para combater as desigualdades existentes em espaços de atendimento e garantir uma assistência de qualidade a todos os cidadãos. A formação contínua e a revisão de conhecimentos são fundamentais para que os profissionais possam atender às necessidades específicas de diferentes grupos sociais, promovendo dignidade e a justiça no acesso aos serviços de saúde. Além disso, é crucial que neste processo de ensino e aprendizado esteja presente as temáticas, gênero e raça, contribuindo assim para a construção de um sistema de saúde mais justo e eficaz.

Ao propormos a análise crítica do currículo do bacharelado em Fisioterapia, partimos da premissa de que saúde, raça e educação são conceitos e fenômenos inter-relacionados na sociedade brasileira. Em outras palavras, esses elementos são determinantes da condição de saúde, que não se resumem apenas à ausência de doenças, mas também às desigualdades de gênero, raça e classe.

Nesse sentido, uma das vias de enfrentamento ao racismo institucional na saúde é constituída no campo da educação. Neste caso, ao analisarmos o currículo situamos possibilidades de promover a igualdade racial por meio da formação antirracista em saúde, do aumento da presença de profissionais negras, indígenas, quilombolas nos serviços do SUS. Em nossa pesquisa identificamos que a ausência de profissionais de educação em saúde antirracista é percebida no currículo, também. Valério et al (2021) na pesquisa “Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde” evidenciam os impactos do racismo na participação social de estudantes negras e suas formas de enfrentamento. Utilizando uma abordagem qualitativa por meio de grupos focais, o estudo reuniu seis estudantes negras de cursos da área da saúde. Os resultados destacam a importância de políticas afirmativas étnico-raciais para ampliar o acesso e a permanência de estudantes negras no ensino superior, além de evidenciar a necessidade de fortalecer os canais institucionais de apoio. A análise temática das discussões revelou desafios significativos relacionados ao racismo estrutural e à falta de representatividade, sublinhando a urgência de estratégias institucionais para minimizar essas desigualdades.

As mulheres negras enfrentam dificuldades financeiras significativas, o que pode contribuir para a evasão escolar. Muitas relatam que a falta de apoio institucional adequado agrava essa situação, fazendo com que se sintam desprotegidas e desamparadas. A ausência de políticas de permanência estudantil eficazes e a insuficiência de recursos financeiros são barreiras que dificultam a continuidade dos estudos, obrigando algumas a considerar trancar o curso para trabalhar e sustentar suas famílias.

Há uma sub-representação evidente de estudantes negras nos cursos de saúde, o que gera uma sensação de isolamento e dificuldade de identificação com seus pares. Essa invisibilidade reforça a percepção de que a universidade é um espaço destinado a poucos, majoritariamente brancos, e que as mulheres negras não pertencem a esse ambiente. A falta de representatividade também impede a criação de um senso de comunidade e apoio mútuo, essencial para a permanência e sucesso acadêmico.

As estudantes negras frequentemente precisam provar sua capacidade intelectual e competência, enfrentando um mito de hierarquização de saberes que desvaloriza suas contribuições científicas. Esse preconceito é perpetuado tanto por colegas quanto por professores e pacientes, que muitas vezes duvidam de suas habilidades e conhecimentos. Essa

desconfiança constante não só afeta a autoestima das estudantes, mas também cria um ambiente hostil que dificulta o aprendizado e a participação ativa nas atividades acadêmicas.

A ausência de espaços de representatividade e discussão sobre questões raciais no campus é um problema recorrente. As estudantes negras sentem a falta de um suporte psicopedagógico que atenda às suas demandas específicas e que seja sensível às suas experiências de discriminação. Os canais institucionais de apoio, como a ouvidoria e o apoio psicopedagógico, muitas vezes acolhem de maneira fragmentada as demandas estudantis, deixando de fora aspectos essenciais relacionados ao racismo e à marginalização social.

Apesar das adversidades, as mulheres negras desenvolvem estratégias informais de permanência e resistência. Elas buscam apoio em redes de solidariedade e se engajam em movimentos sociais e acadêmicos que promovem a igualdade racial e de gênero. Essas redes de apoio são fundamentais para compartilhar experiências, trocar afetos e construir uma relação de pertencimento e coletividade, criando pequenos "quilombos" dentro da universidade. A resiliência desses estudantes é uma resposta poderosa às adversidades, demonstrando sua capacidade de superar obstáculos e lutar por um espaço mais inclusivo e justo.

5. MATRIZ CURRICULAR

O projeto pedagógico constitui o elemento norteador das práticas pedagógicas, devendo estar em consonância com as DCN, sua aplicabilidade passou a ser utilizada com mais frequência a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (TEIXEIRA, 2012). O curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), teve seu primeiro PPC (Projeto Pedagógico do Curso) aprovado em 2010 e implementado no primeiro semestre de 2011. A admissão dos professores efetivos do curso em 2013 repercutiu no início de uma análise frente às necessidades específicas de disciplinas práticas e teóricas, porém esse foi mantido até o processo de reconhecimento do mesmo.

Segundo dados do estudo intitulado “Aderência dos Cursos de Fisioterapia da Região Norte às Diretrizes Curriculares Nacionais” a média de instituições que aderem às DCN do Curso de Graduação em Fisioterapia encontra-se em 74%, um número abaixo do desejado, seu maior apoio foi identificado em universidades e centros universitários públicos (TEIXEIRA, 2012). O modelo desenvolvido pelo MEC em 2002 juntamente com Associação Brasileira de Ensino em Fisioterapia (Abenfisio) e Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia

Ocupacional (Coffito) busca a formação de um indivíduo com competência generalista e humanista, com capacidade crítica e reflexiva apto a atuar em todos os níveis de atenção à saúde (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia 2002).

A proposta curricular do PPC de 2011 orienta uma carga horária total de 4.860 horas/aula, sendo que 144 horas/aulas são destinadas para atividades complementares, 4.464 horas/aula são carga horária obrigatória + estágios e 252 horas/aula de disciplinas optativas. O prazo de integralização mínimo informado é 4 anos e 6 meses e máximo 18 semestres, a grade curricular conta com 55 disciplinas obrigatórias e optativas distribuídas em 9º fases. Este primeiro PPC é baseado no modelo de currículo mínimo já extinto pelo MEC, sua grade curricular é constituída de disciplinas isoladas e ciclos básicos, pré-clínicos e clínicos sem integração entre si, o que dificulta a apropriação do conhecimento pelos discentes (TEIXEIRA, NAZARÉ, 2017).

No semestre 2014.2 os membros do núcleo docente estruturante (NDE) em 14º reunião extraordinária, reestruturaram a matriz curricular de 2011, efetuando ajustes e modificações de alguns componentes curriculares em semestres distintos do original e adição de conteúdos teóricos práticos nas disciplinas: Anatomia I e II, Epidemiologia, Fisiologia Humana, Histologia e Embriologia, Recursos Terapêuticos Manuais e Fisioterapia Aquática, Desenvolvimento Humano, Fisioterapia Dermatofuncional, Metodologia da Pesquisa, Fisioterapia Preventiva, Bases, Métodos e Técnicas de Avaliação, Fisioterapia em Geriatria e Fisiologia do Exercício. Ocorreu também a retirada de disciplinas com emendas similares a outras tais como Morfofisiologia, Fisioterapia em Terapia Intensiva, Fisioterapia em Procedimentos Pré e pós-operatórios e Enfermagem aplicada a Fisioterapia. Além das mudanças já citadas, o estágio curricular obrigatório foi rediscutido pelo NDE juntamente com o colegiado de curso e vários pontos foram reformulados. Os estágios foram deslocados para a 8º e 9º fase do curso, a fim de permitir a melhor relação teórico-prático. Complementarmente foram estabelecidas as áreas de estágio nas quais os alunos deveriam cumprir, deste modo novos convênios foram estabelecidos com intuito de manter a formação generalista do profissional egresso (Portaria 178/2015/PROGRAD de 08 de Junho de 2015). Apesar das alterações executadas na estrutura curricular de 2011, foram surgindo novas necessidades importantes no processo de contribuir para uma formação mais sólida e prática dos egressos.

O projeto pedagógico do curso passou por uma nova reformulação no ano de 2019, executada de forma coletiva pelo grupo de trabalho designado na portaria nº88/ARA/2014. O novo documento possibilita um intercâmbio entre as áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, a nova proposta veio ao encontro da resolução CNE/CES nº 4, de seis de abril de 2009 (DOU nº 66, 07/07/2009), que dispõe sobre a carga horária mínima relativa à integralização de diversos cursos, incluindo a Fisioterapia. O novo PPC apresenta a ampliação do número de semestres integralizadores, aumento da carga horária prática do curso, criação de novas disciplinas obrigatórias e optativas. Assim como a formação de núcleos de conhecimento, onde são remanejadas as mesmas conforme o grupo pertencente. Também contém a reestruturação dos pré-requisitos, regimento interno dos estágios curriculares obrigatórios, regimento interno das atividades complementares e regimento interno do trabalho de conclusão de curso (TCC). Salienta uma carga horária máxima de 25 horas/aula semanais por semestre conforme a resolução 17/CUn/97. Tais modificações buscam a formação de um perfil profissional generalista, que para além do conhecimento técnico desenvolva um olhar amplo sobre os conceitos saúde e doença.

6. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo documental, de caráter exploratório, numa perspectiva qualitativa, com propósito de analisar o Projeto Político Pedagógico do curso de graduação em fisioterapia da UFSC sob as perspectivas da educação para as relações étnico-raciais e gênero.

7. ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (LUDKE et al., 1986).

O estudo tem como foco a análise crítica do Projeto Político Pedagógico do curso de graduação em fisioterapia da UFSC tomando como referência os seguintes documentos: a) Diretrizes Curriculares para o Curso de Fisioterapia; b) Política de Saúde Integral da População Negra; c) Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais.

O Projeto Pedagógico do curso (PPC) versão 2019, está disponível no site da UFSC Campus Araranguá, organizado em vinte cinco capítulos, fundamentado segundo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Legislação Institucional da UFSC, Legislação Específica para os cursos de Fisioterapia e Legislação Específica do curso de graduação em

Fisioterapia da UFSC. Elaborado coletivamente pelo grupo de trabalho designado pela Portaria no 88/ARA/2014.

Na análise do conteúdo do PPC visamos apurar abordagens étnico-raciais e de gênero no âmbito da saúde e educação, verificando a matriz curricular e os conteúdos propostos, assim como as bibliografias sugeridas em seus planos de ensino. Para realizar tal análise foram selecionadas nove disciplinas ao total, duas pertencem ao núcleo básico e as outras sete ao núcleo social e humanas, as matérias escolhidas foram: Anatomia I, Anatomia II, Saúde Pública, Fundamentos de Fisioterapia, Fisioterapia Preventiva, Epidemiologia, Bioética, Psicologia e Legislação Profissional e Administração. O critério de escolha foi a ementa da disciplina ser abrangente para inserção dos conteúdos gênero e raça.

8. COLETA DE DADOS

Para a construção desta análise foi realizado um levantamento no documento PPC e matriz curricular do curso, dando ênfase no programa de disciplinas obrigatórias visando detectar em que áreas e conteúdos abordam as temáticas étnico-raciais e gênero. O instrumento da coleta de dados elenca as disciplinas escolhidas, núcleo pertencente e seus objetivos segundo os planos de ensino, assim como as bibliografias básicas sugeridas.

Quadro 01 - Disciplinas Analisadas:

Disciplina - Código	Núcleo Pertencente	Objetivo Geral	Bibliografia Básica Sugerida
Anatomia I - DCS7417	Básico	De acordo com o plano de ensino, a disciplina tem como objetivo geral fornecer aos alunos conhecimentos básicos acerca dos órgãos e sistemas do corpo humano.	1.DANGELO, J.G.; FATTINI, C.A. Anatomia humana básica. São Paulo: Atheneu, 2000. 2.NETTER, F.H. Atlas de Anatomia Humana. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 3.SOBOTTA, J. Atlas de Anatomia Humana [de] Sobotta. 22 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 2v.
Anatomia II - DCS7427	Básico	De acordo com o plano de ensino, a disciplina tem como objetivo geral fornecer aos alunos conhecimentos básicos acerca dos órgãos e sistemas do corpo humano.	1.DANGELO, J.G.; FATTINI, C.A. Anatomia humana básica. São Paulo: Atheneu, 2000. 3. 2.NETTER, F.H. Atlas de Anatomia Humana. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 3.

			3.SOBOTTA, J. Atlas de Anatomia Humana [de] Sobotta. 22 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 2v.
Saúde Pública - DCS7405	Social e Humanas	De acordo com o plano de ensino, a disciplina tem como objetivo introduzir os estudantes o conhecimento essencial acerca do processo saúde-doença e seus determinantes sociais, aspectos históricos da Reforma Sanitária Brasileira, processo de construção do SUS, assim como sua gestão, financiamento e planejamento. Modelos de redes de Atenção à Saúde, atenção básica/equipes Multiprofissionais/Estratégia Saúde da Família, Fundamentos da vigilância em saúde, Conceitos introdutórios de Educação em Saúde e introdução às principais políticas públicas de saúde do Brasil.	1.MALETTA,C.H.M.Epidemiologia e saúde pública. 3. ed. Belo Horizonte: COOPMED, 2014. 2.BERTOLLI FILHO, C. História da saúde pública no Brasil. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011. 3.CAMPOS, G.W.S. Tratado de Saúde Coletiva - Revista e Aumentada. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 2013.
Fundamentos de Fisioterapia - DCS7418	Social e Humanas	De acordo com o plano de ensino, a disciplina tem como objetivo geral proporcionar ao acadêmico informações sobre a profissão da Fisioterapia desde sua concepção até a atualidade, com aspectos relacionados às áreas de atuação e integração nas áreas da saúde.	1.DICIONÁRIO DE FISIOTERAPIA: GUIA DE REFERÊNCIA. 2. ed. São Paulo: Roca, 2007. 2.BARROU, F.B.M. Profissão fisioterapeuta: história social, legislação, problemas e desafios. 1 ed. Rio de Janeiro: Agbook, 2011. 3.THURLER, L.; TERRA, N. SUS: Sistema Único de Saúde: legislação e questões comentadas. 3ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier. 2013.
Fisioterapia Preventiva - DCS7418	Social e Humanas	De acordo com o plano de ensino, a disciplina tem como objetivo reconhecer os aspectos referentes à fisioterapia preventiva em diferentes populações, e a atuação	1.DELIBERATO, P.C.P. Fisioterapia Preventiva, fundamentos e aplicações. 1. ed. Barueri: Manole, 2002. 2.PELICIONI, M.C.F.; MIALHE, F.L. Educação e promoção da

		<p>fisioterapêutica na promoção da saúde e prevenção das doenças. Conhecer as possibilidades de atuação do fisioterapeuta como membro da equipe de saúde, planejar intervenções na área da fisioterapia preventiva e de promoção da saúde considerando diferentes condições e necessidades sociais, sanitárias e funcionais dos indivíduos.</p>	<p>saúde: teoria e prática. 1. ed. São Paulo: Santos, 2012.</p> <p>3. THURLER, L.; TERRA, N. SUS: Sistema Único de Saúde: legislação e questões comentadas. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</p>
Epidemiologia - DCS7429	Social e Humanas	<p>De acordo com o plano de ensino a disciplina, a mesma tem como objetivo analisar os conceitos básicos de epidemiologia, contextualizando-os historicamente, apresentar os principais indicadores de saúde. Bem como detalhar os principais aspectos relativos aos estudos mais empregados para epidemiologia e desenvolver olhar crítico diante das diversas situações possíveis.</p>	<p>1. PEREIRA, M.G. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.</p> <p>2. ROUQUAYROL, M.Z.; SILVA, M.G.C. Epidemiologia & saúde. 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.</p> <p>3. MALETTA, C.H.M. Epidemiologia e saúde pública. 3. ed. Belo Horizonte: COOPMED, 2014.</p>
Bioética - DCS7415	Social e Humanas	<p>De acordo com o plano de ensino a disciplina, a mesma tem como objetivo geral fornecer aos alunos instrumento reflexivo para a tomada de decisões necessárias em atividades das ciências da saúde.</p>	<p>1. BEAUCHAMP, TOM L.; CHILDRESS, JAMES F. Princípios de Ética Biomédica. São Paulo: Edições Loyola, 2002.</p> <p>2. FRIAS, LINCOLN. A ética do uso e da seleção de embriões. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.</p> <p>3. CLOTET, JOAQUIM. Bioética: uma aproximação. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.</p>

<p>Psicologia - DCS7443</p>	<p>Social e Humanas</p>	<p>De acordo com o plano de ensino, tem como objetivo compreender os principais conceitos, fundamentos e abordagens da psicologia da saúde para a formação do profissional de fisioterapia; identificar conteúdos e contextos relacionados a prática do cuidado em saúde com ênfase no profissional de fisioterapia; descrever as diferentes abordagens psicológicas na relação de cuidado entre profissional e paciente.</p>	<p>1.ALVES, RF., org. Psicologia da saúde: teoria, intervenção e pesquisa [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 345 p. 2.BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 3.DESLANDES, S.F. (org.). Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006 4. MARINHO, A. P; FIORELLI, J.O. Psicologia na fisioterapia. São Paulo: Atheneu, 2005. 5. SILVA, Juliana Dors Tigre da; MULLER, Marisa Campio. Uma integração teórica entre psicossomática, stress e doenças crônicas de pele. Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v. 24, n. 2, p. 247-256, June 2007.</p>
<p>Legislação Profissional e Administração - DCS7403</p>	<p>Social e Humanas</p>	<p>De acordo com o plano de ensino, tem como objetivo geral proporcionar aos alunos um conhecimento amplo de suas obrigações enquanto profissional, bem como de seus direitos. Promover o conhecimento sobre a atuação do fisioterapeuta e de aspectos relacionados à administração aplicada à fisioterapia. Os objetivos específicos mencionados foram: Conhecimento de obrigações e direitos profissionais. Estudar normas morais e jurídicas.</p>	<p>1.COFFITO. Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia. 2.COFFITO. Leis e Decretos. 3.SEBRAE. Como elaborar um plano de negócios. 4. GOMES, I.M. Como elaborar um plano de marketing. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2013.</p>

Anatomia I e II: Em seus planos de ensino, o conteúdo programático está dividido em tópicos. Na disciplina de Anatomia I, os tópicos são: Introdução ao Estudo da Anatomia, Anatomia do Sistema Esquelético, Anatomia do Sistema Articular e Anatomia do Sistema Muscular. Já em Anatomia II, os tópicos são: Anatomia do Sistema Cardiovascular, Anatomia do Sistema Linfático, Anatomia do Sistema Respiratório, Anatomia do Sistema Digestório, Anatomia do Sistema Urinário, Anatomia do Sistema Genital Masculino, Anatomia do Sistema Genital Feminino, Glândulas Endócrinas e Sistema Tegumentar. Ao verificar os assuntos abordados em ambas as disciplinas, percebeu-se a ausência de discussões sobre gênero fora do caráter biológico, ignorando a influência dos aspectos sociais sobre o corpo. Além disso, ao analisar as referências básicas, constatou-se a falta de bibliografias que abordem as temáticas étnico-raciais e de gênero, revelando a omissão de conteúdos relevantes para a compreensão das variações anatômicas e fisiológicas entre diferentes grupos étnicos. Um exemplo da importância da diversidade na educação médica é o trabalho do estudante de medicina nigeriano Chidiebere Ibe, que ilustrou um livro de anatomia com imagens de pessoas negras. Em entrevista ao portal G1, Ibe explicou que “o fato de a maior parte das ilustrações médicas serem feitas em peles brancas não é mero detalhe: algumas doenças de pele, por exemplo, têm aparência diferente se estão em pele clara ou escura” (Portal G1, 2021). Durante a graduação, os corpos que vemos nos livros e nas peças anatômicas no laboratório de anatomia da UFSC Campus Araranguá são majoritariamente brancos. A atitude do estudante Ibe ao ilustrar um livro com imagens de pessoas negras provoca uma reflexão importante para nós, negros universitários. Desde o início da nossa trajetória acadêmica, nos perguntamos: “Eu me pareço com isso? O meu corpo não faz parte do que é diverso? O que isso implica na prática profissional?”. Compreendemos que, se não tenho acesso ao que é diverso, não posso garantir resultados efetivos para todos os pacientes, uma vez que não fui preparado para tal. Isso vai além do empoderamento e da representatividade, que são essenciais para valorizar e reconhecer as características físicas e as variações patológicas. A falta de preparo limita o profissional, perpetuando estereótipos e racismo, o que prejudica a área da saúde. Esse problema é particularmente grave para a população negra, que em sua maioria depende do SUS e, portanto, não recebe um tratamento inclusivo e adequado.

Saúde Pública: Em seu plano de ensino, o conteúdo programático está listado com os temas: processo saúde-doença e seus determinantes sociais; Sistema Único de Saúde; gestão, planejamento e financiamento do Sistema Único de Saúde; Redes de Atenção à Saúde; Vigilância em Saúde; Atenção Básica, Equipes Multiprofissionais e Estratégia Saúde da

Família; Educação em Saúde; e Políticas Públicas de Saúde. Apesar de conter em sua bibliografia básica livros que abrangem o histórico do avanço da saúde brasileira e a implementação das políticas, as questões étnico-raciais são mencionadas, porém, não como destaque. No entanto, o tema se encaixa perfeitamente na matéria, pois seu objetivo geral é introduzir o conhecimento essencial acerca do processo saúde-doença e seus determinantes sociais para os alunos. Ao relacionar saúde pública e a população negra, levamos em consideração os determinantes sociais de saúde, que mostram a restrição no acesso aos cuidados preventivos à saúde para essa população SUS dependente, desencadeando altas taxas de doenças crônicas e, como resultado, taxas mais elevadas de mortalidade causadas por essas doenças. Este é o reflexo do racismo estrutural vivenciado até hoje, onde a população negra permanece em ambientes vulneráveis, exposta a fatores de risco social que impactam na saúde. Validando esse raciocínio, o livro “Saúde da População Negra” retrata que:

Apesar de ser amplamente conhecida essa constatação, a abordagem em pesquisas dessa dimensão enfrentou e enfrenta até hoje várias resistências. Acredito que isso seja devido tanto à crença da ausência de racismo na sociedade brasileira como em posições políticas abertamente contrárias a incorporá-la, fundamentadas na opinião de que, se no Brasil se vive uma “democracia racial”, dar ênfase nesse recorte analítico estaria fomentando um racismo inexistente (CUNHA, 2017, p. 23).

Entendemos o quão importante são as pesquisas nessa área para evidenciar o racismo estrutural e institucional, fornecendo-nos dados confiáveis quando se trata de saúde pública da população negra, além de fomentar mais pesquisas científicas na área. A inexistência de estudos sobre o tema reflete diretamente na formação acadêmica dos cursos da área da saúde, pois o não aprofundamento da PNSIPN na matéria limita o acesso ao conhecimento do que é diverso, pontuando mais uma vez a limitação da garantia de um atendimento efetivo aos pacientes. O racismo institucional reflete diretamente nos determinantes sociais em saúde da população negra. Percebemos que há um reconhecimento tardio por parte do governo em relação às desigualdades raciais e enxergamos que ser preto no Brasil é ser sobrevivente. Por isso, pontua-se:

As iniquidades vividas pela população negra brasileira causam impactos negativos na sua saúde. Mas, o racismo institucional estimula a violação dos direitos humanos. [...] O racismo regula as relações entre usuários e usuárias, profissionais e gestores de serviços públicos governamentais e não governamentais, assim como impõe fatores de risco extra-biológico às pessoas sobreviventes do processo de exclusão (Secretária de Promoção à Igualdade Racial, 2011, p.13).

Pincelar sobre a existência da política na matéria de saúde pública não é o suficiente para combater o racismo. É necessário um contato de campo, saber e ver sobre as

particularidades dessa população. Isso faz parte da construção de um profissional e auxilia na redução do racismo estrutural, pois, além de acolher e capacitar essa população para busca de prevenção e tratamento em saúde, amplia o olhar dos profissionais em saúde para as especificidades dessa população.

Fundamentos de Fisioterapia: O conteúdo programático da disciplina abrange temas fundamentais como História da Fisioterapia, Perfil do Fisioterapeuta, Órgãos regulamentadores e Áreas de atuação da Fisioterapia. A formação de um profissional com uma postura ética e reflexiva é respaldada pela Diretriz Curricular Nacional do Curso de Graduação em Fisioterapia, que enfatiza a necessidade de capacitar os alunos não apenas com conhecimentos técnicos, mas também com competências éticas essenciais para a prática profissional. A inclusão da formação de profissionais antirracistas é crucial para evitar a perpetuação da discriminação racial e das disparidades nos serviços de saúde. Isso envolve capacitar os alunos a reconhecerem e enfrentarem o racismo estrutural, tanto no ambiente de trabalho quanto na interação com os pacientes. No entanto, é importante destacar a observação de que as temáticas de raça e gênero estão ausentes não apenas no conteúdo programático, mas também na bibliografia básica sugerida pelo professor responsável. Entre as bibliografias que poderiam ser incorporadas, destaca-se o livro “Pequeno Manual Antirracista”, que aborda de maneira sutil e acessível às ações antirracistas presentes em nosso cotidiano. A inclusão desse livro na bibliografia não só estimula o debate em sala de aula sobre questões importantes de raça e racismo, mas também enriqueceria a formação dos estudantes, preparando-os melhor para a realidade multicultural e diversa da prática da fisioterapia.

Fisioterapia Preventiva: O conteúdo programático desta disciplina abrange os seguintes temas: Conceitos de Prevenção e Promoção em Saúde; Atuação Fisioterapêutica na Atenção Primária em Saúde; Prevenção e Promoção de Saúde em Grupos Populacionais. Como o próprio nome da disciplina sugere, ao tratar da prevenção e promoção da saúde, é essencial incluir intervenções direcionadas aos grupos populacionais que mais utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS), que é majoritariamente composto por pessoas negras. Dessa forma, é fundamental abordar a saúde da população negra, com um enfoque especial nas mulheres negras, incorporando práticas de promoção e educação em saúde específicas para essa comunidade, além de técnicas de reabilitação precoce. A disciplina poderia incluir a realização de workshops educativos sobre postura e ergonomia, visando prevenir problemas músculoesqueléticos comuns, especialmente entre os trabalhadores negros da cidade de

Araranguá. Além disso, atividades recreativas como aulas de dança e ritmos africanos não apenas promoveriam a atividade física, mas também valorizam a cultura afro-brasileira, fortalecendo o senso de identidade e comunidade entre os participantes. Verificou-se a ausência da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra na bibliografia básica e a ausência da temática raça e gênero no andamento do conteúdo semestral.

Epidemiologia: O plano de ensino lista os seguintes temas no conteúdo programático: Conceitos e usos da Epidemiologia, Indicadores de Saúde, Análise situacional da Saúde da população brasileira, Vigilância em Saúde e Delineamentos de estudos epidemiológicos. A Epidemiologia é definida como o estudo da distribuição e dos determinantes das doenças ou condições relacionadas à saúde em populações específicas (COSTA, BARRETO, 2003). Ao examinar os conteúdos abordados pelo professor ministrante, percebeu-se que são amplos o suficiente para discutir as temáticas de raça e gênero. No entanto, não ficou claro se a abordagem metodológica utilizada incluiu esses recortes específicos nos indicadores de saúde em estudos aplicados. O requisito raça/cor foi instaurado pela Portaria nº 344 de 2017 do Ministério da Saúde, determinando a coleta obrigatória do quesito raça/cor por meio da autodeclaração. A coleta de dados contendo tal exigência contribui para a identificação dos determinantes no processo saúde-doença, das desigualdades em saúde e dos impactos das ações governamentais (GERALDO et al., 2022). A pandemia de COVID-19 exemplificou isso na prática, utilizando os boletins epidemiológicos publicados pelo Ministério da Saúde, evidenciou-se que pobreza, falta de moradia ou situação de rua, raça ou etnicidade são determinantes de saúde. Esses fatores influenciam o cumprimento das medidas de isolamento, restrições de contato físico e acesso aos serviços e recursos de saúde (SEVALHO, 2021). Contudo, a bibliografia básica sugerida apresenta conceitos, teorias e práticas sobre Epidemiologia que parecem desatualizados, não incorporando elementos como a distribuição de doenças, determinantes sociais e acesso aos serviços de saúde com recortes de gênero e raça. É fundamental que as referências bibliográficas incluam estudos recentes que abordem as desigualdades em saúde, especialmente aquelas baseadas em raça e gênero, para proporcionar uma formação mais abrangente e atualizada aos alunos. Entre as bibliografias que poderiam ser utilizadas está “Epidemiologia e Saúde: Fundamentos, Métodos e Aplicações” de Naomar de Almeida-Filho e “Racismo e Saúde” de Oswaldo M. R. Oliveira e Claudia P. Travassos. Essas obras oferecem uma visão crítica e contemporânea dos desafios enfrentados por populações marginalizadas e fornecem ferramentas metodológicas para a análise epidemiológica que incorpora essas importantes variáveis sociodemográficas.

Bioética: Em seu plano de ensino, o conteúdo programático inclui os seguintes temas: História da Bioética; Bioética Princípalista; Bioética e Gênero; Bioética na América Latina; Bioética Cotidiana; Bioética e Antirracismo; Determinantes do Processo Saúde e Doença; Fisioterapia na Atenção Primária em Saúde; Fisioterapia e Ética no Leito de Morte. A disciplina de Bioética mostrou-se abrangente ao abordar, durante o semestre, conteúdos com temáticas raciais e de gênero, destacando-se Bioética e Gênero, Bioética e Antirracismo e Determinantes de Saúde e Doença. O professor da disciplina demonstrou ser um aliado no combate ao racismo institucional presente no ambiente acadêmico. A dinâmica abordada em sala de aula proporciona aos alunos instrumentos reflexivos sobre essas temáticas, sem criar situações que possam constranger o aluno negro presente. Além disso, o professor promove um ambiente de discussão saudável e inclusivo, onde todos os alunos sentem-se encorajados a participar e expressar suas opiniões. Essa abordagem é crucial para combater estigmas e promover a compreensão mútua entre os estudantes. Alunos negros muitas vezes são taxados como “chatos” pelos demais por serem aqueles que levantam a problemática. A bibliografia básica da disciplina, no entanto, não apresentou estudos ou livros destacando as temáticas de gênero e raça. Uma sugestão para complementar a bibliografia seria a inclusão de autores como Frantz Fanon, Bell Hooks e Angela Davis.

Psicologia: Em seu plano de ensino, o conteúdo programático está dividido em três tópicos, incluindo: a constituição da psicologia como campo científico: ciência e senso comum; psicologia científica; tradições teóricas da psicologia no processo saúde-doença; as principais teorias da psicologia no século XX; psicossomática; aspectos subjetivos da dor; o desenvolvimento humano; saúde mental e atenção psicossocial; cuidado em saúde mental/o normal e o patológico; transtornos psicológicos e distúrbios da personalidade; relação terapeuta-paciente; aspectos emocionais e manejo de situações com pacientes; comunicação em saúde e ambiente de trabalho. A disciplina de Psicologia visa promover abordagens e fundamentos da psicologia em saúde, práticas de cuidado e descrever diferentes abordagens psicológicas na relação de cuidado com o paciente. No entanto, verificou-se que a disciplina não apresentou temáticas relacionadas a estudos étnico-raciais e de gênero, apesar dos grandes impactos que esses fatores têm na saúde mental de jovens negros, não só durante a jornada acadêmica, mas ao longo de suas vidas, devido aos efeitos do racismo. É essencial que essas questões sejam incluídas no currículo para garantir uma formação mais abrangente e sensível às realidades de todos os pacientes, além disso, a bibliografia básica da disciplina não incluiu estudos ou autores negros. Um exemplo relevante que poderia estar presente é o

artigo intitulado “Atenção à Saúde Mental de Crianças e Adolescentes Negros e o Racismo”, que buscou identificar estratégias utilizadas por uma equipe de um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSIJ) na assistência a crianças e adolescentes pretos e pardos com problemas de saúde mental (BARROS et al., 2022). Este estudo é um exemplo que busca compreender as especificidades e necessidades dessa população, destacando a importância de práticas de saúde mental que reconheçam e combatam os efeitos do racismo.

Legislação Profissional e Administração: Em seu plano de ensino, o conteúdo programático inclui: visão geral sobre a profissão de fisioterapeuta; leis e atos normativos; responsabilidade civil e penal; relação fisioterapeuta/paciente e fisioterapeuta/instituições de saúde; fundamentos e teorias administrativas; administração e orientação de serviços de fisioterapia em instituições públicas e privadas; empreendedorismo e marketing; montagem do serviço de fisioterapia. No entanto, ao verificar os assuntos estudados ao longo do semestre, foi identificada a ausência de temáticas abordando as questões ético-raciais e de gênero no ambiente profissional, legal e administrativo no âmbito da fisioterapia. Uma reportagem publicada pela Central Única dos Trabalhadores Brasileiros (CUT, 2020) expõe dados de uma amostra do IBGE sobre a desigualdade salarial entre trabalhadores negros e brancos: os trabalhadores negros recebem, em média, 45% a menos que os brancos. Entre a amostra apenas de mulheres, a média salarial chegou a ser 70% menor do que a das mulheres brancas. Incluir esse tipo de estudo na bibliografia básica são estratégias para buscar compreender como a disciplina pode contribuir para a implementação de estratégias como cotas em processos seletivos, leis que busquem combater a discriminação e ações efetivas dentro do ambiente de trabalho.

9. DISCUSSÃO

Ao analisar o Projeto Político do Curso de Graduação em Fisioterapia da Universidade Federal de Santa Catarina, percebeu-se que, logo no início, o documento atualizado em 2019 traz como uma de suas bases de fundamentação legal as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia. No entanto, ao realizar o levantamento de dados nas disciplinas elencadas no estudo, não foi encontrada a inserção materializada do

viés étnico-racial e de gênero, ou esta foi insuficiente para atender às demandas existentes no curso. Entre as disciplinas de caráter optativo, encontra-se a turma de Estudos Interétnicos e Diversidade, em seu conteúdo programático contém estudos voltados para a população negra e feminina e seus determinantes sociais e inclui na bibliografia básica autores negros. Infelizmente, como ela não está elencada na grade obrigatória, é disponibilizada apenas quando há professor apto e com carga horária disponível para ministrá-la.

Constatou-se também que espaços que auxiliam no processo de adaptação, aprendizagem e permanência são fundamentais para que estudantes negros em ambientes universitários não desistam da graduação, consequentemente diminuindo a evasão dos mesmos. Atualmente, na UFSC - Campus Araranguá, existe um coletivo formado por alunos, docentes e técnicos: o Núcleo de Estudos Afro-Latino Americanos, dos Povos Originários, Quilombola e Diversidades (NEAB). Os coletivos se articulam em conjunto, reivindicando pautas comuns da comunidade negra, indígena, quilombola e LGBTQPIA+. Entre elas estão: a supervisão das políticas de cotas, garantindo a reserva de vagas para candidatos negros; cotas nos concursos públicos para docentes, aplicando-se especialmente na abertura de concursos públicos nas áreas de pesquisa, ensino de interesse da formação comunitária negra.

Um exemplo disso é a Universidade Federal do ABC, com suas experiências concretas de políticas públicas que buscam corrigir as desigualdades. Nessa mesma linha de demandas, está a contratação de docentes na área das relações étnico-raciais. Os alunos alegam que o corpo de professores atual das universidades brasileiras é predominantemente branco e não possui lugar de fala ou formação adequada para tratar do assunto. Além disso, muitos estudantes relatam aos coletivos que trocam ou abandonam seus temas de pesquisa porque são considerados de menor importância pelos docentes brancos. Outra reivindicação é a presença de autores e autoras negros nas referências bibliográficas das disciplinas. Em especial na graduação, as temáticas relacionadas à história e cultura negras e africanas, assim como os assuntos referentes às desigualdades e formas de discriminação racial, deveriam constar na grade curricular obrigatória, seja em forma de disciplina independente ou integradas aos conteúdos disciplinares já estabelecidos (GUIMARÃES, RIOS & SOTERO, 2020).

Embora as demandas se apresentem com maior número de evidências seja em área de humanidades, reivindicações similares são encontradas nas áreas de exatas e ciências naturais. Nas exatas, há uma grande tendência dos estudantes buscarem formas não ocidentais

de representação matemática ou filosófica. No caso das ciências naturais, há um esforço para evidenciar as autorias negras na história da ciência. A presença de eventos, encontros e rodas de conversa que abrangem agentes sociais não convencionais no mundo acadêmico é emergente e deve ser levada em consideração pelos gestores das universidades. Assim como o modelo atual de ensino, que se baseia em um modelo totalmente ultrapassado e eurocêntrico. O sistema de cotas garante o ingresso de alunos oriundos de escolas públicas, onde os impactos da precarização do ensino se fazem presentes em toda trajetória acadêmica do estudante cotista, sendo mais notável em cursos de exatas. Em ciências humanas, o conhecimento perpetuante se dá através das pesquisas e criações europeias, muito ricas e eruditas, mas totalmente desconectadas da geografia, religião e saberes populares de onde provêm os alunos (GUIMARÃES, RIOS & SOTERO, 2020).

O projeto político-pedagógico é um objeto de bastante discussão entre os coletivos negros, que se apoiam na leitura de autores descoloniais, pós-coloniais, subalternos, fanonianos, afrocentrados, pan-africanistas, feministas e queers. Tais interpretações alastram um novo discurso político e subsidiam exigências por mudanças epistemológicas na academia. A descolonização curricular proporciona uma maior aproximação entre a universidade e os alunos oriundos de famílias negras, pobres e periféricas. Portanto, deve-se dar atenção às reivindicações que não apenas incluem a inserção de referências bibliográficas diversificadas, mas também todos os pontos abordados neste estudo, como a supervisão das políticas de cotas, a contratação de docentes especializados em relações étnico-raciais e a inclusão de temáticas que abordem as questões étnico-raciais e de gênero. Essas ações são essenciais para promover uma educação mais inclusiva e representativa, garantindo que todos os alunos, independentemente de sua origem, se sintam valorizados e apoiados ao longo de sua graduação.

A recente Resolução Normativa (175/CUn/2022) implementada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) traz mudanças significativas nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação. Esta resolução tem como objetivo principal promover a inclusão e a valorização de conteúdos étnico-raciais, refletindo um compromisso institucional com a equidade e a diversidade.

Uma das principais alterações está na responsabilidade dos colegiados de cursos de graduação em garantir a execução da política estabelecida pela resolução. Isso inclui a promoção de alterações nos currículos, planos de ensino e na qualidade didático-pedagógica,

conforme estipulado no Art. 14. Essas mudanças visam assegurar que os conteúdos programáticos sejam atualizados para incluir temáticas relevantes à história e cultura afro-brasileira e indígena, conforme previsto nas Leis nº 11.645/08 e nº 12.288/2010.

Além disso, a resolução introduz o conceito de “cotas epistêmicas” nas matrizes curriculares da Educação Básica, dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação. Conforme o Art. 10, essa medida garante o uso de autores fora do eixo eurocêntrico em todas as áreas de conhecimento, promovendo a valorização e a legitimação de diferentes formas de saber. Essa inclusão é essencial para a construção de uma educação mais plural e representativa das diversas culturas e conhecimentos existentes.

Outro impacto significativo está na progressão funcional de servidores docentes e técnico-administrativos(as) em educação. O Art. 8 da resolução estabelece que deverá ser inserida pontuação específica para cursos realizados na área de Direitos Humanos e Enfrentamento do Racismo no barema de progressão funcional. Esta medida incentiva os profissionais da educação a se qualificarem continuamente em temáticas raciais, contribuindo para a formação de um ambiente acadêmico mais consciente e preparado para lidar com questões de diversidade e inclusão.

Por fim, a resolução também assegura que atividades complementares que contemplem as temáticas étnico-raciais sejam computadas, conforme o Art. 15. Isso incentiva os estudantes a se engajarem em atividades extracurriculares que promovam a compreensão e o respeito pelas diferentes culturas e histórias, enriquecendo sua formação acadêmica e pessoal.

Em suma, a Resolução Normativa da UFSC representa um avanço significativo na promoção de uma educação mais inclusiva e diversa. Ao incorporar temáticas étnico-raciais nos currículos e incentivar a formação continuada dos profissionais da educação, a universidade dá um passo importante na construção de um ambiente acadêmico mais equitativo e representativo das diversas realidades sociais.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a Universidade Federal de Santa Catarina tenha desempenhado um papel central no avanço da inserção das temáticas étnico-raciais e de gênero em vários domínios da

instituição, seja por meio de normas e portarias, políticas de cotas, ou até mesmo em liderança com a eleição da vice-reitora negra Joana Célia dos Passos. Infelizmente, ainda persiste o anonimato ou escassez dos assuntos no PPC do curso de Fisioterapia. Isso significa que há muito trabalho da comunidade universitária pela frente.

Por outro lado, constatou-se no PPC vigentes esforços na construção coletiva do documento, deixando claro que este ainda está em processo de adaptação, permitindo, assim, ser questionado e complementado. Esse caráter flexível do PPC é fundamental para que ele possa ser continuamente melhorado, incorporando novas demandas e perspectivas que surgem ao longo do tempo, especialmente no que tange às questões étnico-raciais e de gênero. Isso demonstra uma abertura por parte do NDE e corpo docente para a participação ativa dos discentes, promovendo um ambiente acadêmico mais inclusivo e democrático.

Buscamos identificar a taxa de evasão de estudantes negros e a quantidade de mulheres e homens negros presentes no curso de Fisioterapia da UFSC. No entanto, não foi possível realizar essa análise, pois, durante a construção deste trabalho, o corpo de técnicos administrativos e docentes do campus aderiu à greve, que teve início no dia 11 de março de 2024. Consideramos a causa compreensível e totalmente necessária, reconhecendo a importância de movimentos como esse para evidenciar a falta de direitos. Manifestamos nosso total apoio ao corpo administrativo e docente da universidade.

Para avançar ainda mais na promoção de uma educação inclusiva e representativa, é essencial que a universidade invista em capacitação contínua de seus docentes, com ênfase em temas relacionados à diversidade étnico-racial e de gênero. Além disso, a criação de espaços de diálogo e reflexão, como seminários, workshops e grupos de estudo, pode contribuir significativamente para a conscientização e sensibilização da comunidade acadêmica. A inclusão de autores e obras que abordem essas temáticas na bibliografia básica das disciplinas também é uma ação crucial para enriquecer a formação dos estudantes e prepará-los melhor para a realidade multicultural e diversa da prática profissional.

Ademais, é importante que a universidade monitore e avalie regularmente o impacto das políticas de inclusão e diversidade implementadas, a fim de identificar pontos de melhoria e garantir que as ações estejam efetivamente contribuindo para a redução das desigualdades e preconceitos sistêmicos. A participação ativa dos estudantes, especialmente daqueles pertencentes a grupos historicamente marginalizados, deve ser incentivada e valorizada, pois suas vivências e perspectivas são fundamentais para a construção de um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo e equitativo.

Por fim, a universidade deve continuar a fomentar parcerias com organizações e movimentos sociais que atuam na promoção da igualdade racial e de gênero, fortalecendo assim a conexão entre a academia e a sociedade. Essas colaborações podem proporcionar novas oportunidades de aprendizado e engajamento para os estudantes, além de contribuir para a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

11. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural?. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. p. 29-30.
- ANDRADE, Maíara. Movimento Negro e Educação: Abdias Nascimento, MNU e os Princípios da Lei 10.639/03. 02. ed. REVISTA ENSAIOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecult/article/view/568/569>.
- BARATA, Rita. Relações de gênero e saúde: desigualdade ou discriminação?. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/48z26/pdf/barata-9788575413913-06.pdf>
- BARROS, Surya. Negrinhos que por ahi andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920). USP, 2005. Disponível em: http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/_disserta%C3%A7%C3%A3o-em-pdf.pdf.pdf.
- BARROS, Sônia; SANTOS, Jussara; CANDIDO, Bruna; BATISTA, Luís; GONÇALVES, Mônica. Atenção à Saúde Mental de crianças e adolescentes negros e o racismo. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/sGnqjtFwzdJpdhrVGT7qFtf/?format=pdf&lang=pt>.
- BENTO, Cida. Pacto da Branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. “Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS”, 2017, p. 43–43. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf.
- BRASIL. Art nº 196. Constituição da República Federativa do Brasil Título VIII [S. l.], 1988. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=196#:~:text=196.,sua%20promo%C3%A7%C3%A3o%2C%20prote%C3%A7%C3%A3o%20e%20recupera%C3%A7%C3%A3o>.
- BRASIL. Presidência da República, Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. [S. l.], 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm.
- COSTA, Maria Fernanda; BARRETO, Sandhi. Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. Epidemiologia e Serviços de Saúde, 2003.

COSTA, Joaze. Política Afirmativa, Democratização do Acesso à Universidade e propostas de Avaliação: Lei de cotas teve um papel central para a entrada de negros, índigenas e estudantes oriundos de escolas públicas nas universidades públicas. 02. ed. Ciência&Cultura, 2023. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252023000100003&script=sci_abstract&tlng=pt.

CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. [S. l.]: USP - Apoio às Disciplinas, 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf.

CUT. Racismo estrutural segrega negros no mercado de trabalho. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/racismo-estrutural-segrega-negros-no-mercado-de-trabalho-548e>.

DAVIS, Angela. Mulheres Raça e Classe, 1981. pg 25, 26, 27 e 28.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA. (Brasília - DF). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. [S. l.], 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES042002.pdf>.

DOMINGUES, Petrônio. O Recinto Sagrado: Educação e Antirracismo no Brasil. 138. ed. Cadernos de Pesquisa: 39, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/knKfsBMNzJH3Vc4Zsx7T4mM/?format=pdf&lang=pt>.

FARAH, Marta. Gênero e políticas públicas. Florianópolis: Estudos Feministas, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/T3X8zdDGn5DZbcjxTLjcyKM/?format=pdf&lang=pt>.

FERNANDES, Maria. O corpo e a construção das desigualdades de gênero pela ciência. Paraíba: Revista de Saúde Coletiva, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/XWVvyMwKjphVxxh3HT9crmf/?format=pdf&lang=pt>.

FERREIRA, Aparecida. Educação antirracista e práticas em sala de aula: uma questão de formação de professores. 46. ed. Revista Educação Pública: Cuiabá, 6 ago. 2012. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/408>.

GERALDO, Rafael; OLIVEIRA, Júlio; ALEXANDRE, Larissa; AGUIAR, Marília; VIEIRA, Abna; GERMANI, Ana. Preenchimento do quesito raça/cor na identificação dos pacientes: aspectos da implementação em um hospital universitário. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DVPvS3wkcRFQx3McfS9m85H/?format=pdf&lang=pt>.

G1. Ilustração de mãe e feto negros viraliza: conheça o estudante de medicina da Nigéria por trás do desenho. [S. l.], 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/saude/noticia/2021/12/14/ilustracao-de-mae-e-feto-negros-viraliza-conheca-o-estudante-de-medicina-da-nigeria-por-tras-do-desenho.ghtml>.

GONZALES, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. [S. l.], 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20%20A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf

GUIMARÃES, Antonio; RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. Coletivos negros e novas identidades raciais. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/vWCWgfkQDBqTLWVVJLgzjCN/?format=pdf&lang=pt>

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista. In: Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. 1. ed. São Paulo: Editora XYZ, 2023. p. 203-208.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). RAÇA/COR [S. l.], 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20resultados,popula%C3%A7%C3%A3o%20que%20se%20d eclarava%20branca>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. Agência IBGE Notícias: Estatísticas Sociais, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>.

JORNAL - USP. Negros sofrem mais com doenças crônicas e adversidades na vida explicam parte desse adoecimento. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/negros-sofrem-mais-com-doencas-cronicas-e-adversidades-na-vida-explicam-parte-desse-adoecimento/#:~:text=No%20Elsa%2DBrasil%2C%206%25,p%C3%BAblicos%20ou%20na%20escola%2Ffaculdade>.

LUDKE, Menga et al. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas: Temas básicos de educação e ensino. São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4091392/mod_resource/content/1/Lud_And_cap3.pdf.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasília - DF). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra uma política do SUS. 2º edição. ed. [S. l.], 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasília - DF). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra Uma Política do SUS. 3º edição. ed. [S. 1.], 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Comitê Nacional de Prevenção à Mortalidade Materno Infantil. A morte de mães negras é duas vezes maior que a de brancas, aponta pesquisa. [S. 1.]: Saúde e Vigilância Sanitária, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/morte-de-maes-negras-e-duas-vezes-maior-que-de-brancas-aponta-pesquisa#:~:text=Dados%20preliminares%20referentes%20a%202022,incid%C3%Aancia%20%C3%A9%20de%2050%2C36>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). 8ª Conferência Nacional da Saúde. [S. 1.], 1986. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/relatorio_8.pdf.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasília – DF). Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. [S. 1.], 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasília – DF). Saúde da População Negra: Coleção Negras e Negros, Pesquisas e Debates. 2º Edição. ed. Revista e ampliada, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_negra.pdf.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasília - DF). Fundo Nacional de Saúde. Participação e Controle Social para Equidade em Saúde da População Negra. Rio de Janeiro – RJ: CRIOLA, 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/participacao_social_equidade_racial.pdf.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasília - DF). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. [S. 1.], 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf.

MONTEIRO, Rosana. Educação permanente em saúde e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações étnico-raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. v.25, n3. ed. São Paulo: Saúde Soc, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/xXgbYkGkxVqd9GvSnrMCqVh/abstract/?lang=pt#>.

PLANO DE ENSINO (UFSC - Araranguá). PPC. Plano de Ensino - Anatomia I: DCS7417. [S. 1.], 2023.2. Disponível em: <https://fisio.ufsc.br/planos-de-ensino/>.

PLANO DE ENSINO (UFSC - Araranguá). PPC. Plano de Ensino - Anatomia II: DCS7427. [S. 1.], 2023.2. Disponível em: <https://fisio.ufsc.br/planos-de-ensino/>.

PLANO DE ENSINO (UFSC - Araranguá). PPC. Plano de Ensino - Saúde Pública: DCS7405. [S. 1.], 2024.1. Disponível em: <https://fisio.ufsc.br/planos-de-ensino/>.

PLANO DE ENSINO (UFSC - Araranguá). PPC. Plano de Ensino - Fundamentos de Fisioterapia: DCS7418. [S. 1.], 2023.2. Disponível em: <https://fisio.ufsc.br/planos-de-ensino/>.

PLANO DE ENSINO (UFSC - Araranguá). PPC. Plano de Ensino - Epidemiologia: DCS7429. [S. 1.], 2024.1. Disponível em: <https://fisio.ufsc.br/planos-de-ensino/>.

PLANO DE ENSINO (UFSC - Araranguá). PPC. Plano de Ensino - Fisioterapia Preventiva: DCS7439. [S. 1.], 2024.1. Disponível em: <https://fisio.ufsc.br/planos-de-ensino/>.

PLANO DE ENSINO (UFSC - Araranguá). PPC. Plano de Ensino - Bioética: DCS7415. [S. 1.], 2024.1. Disponível em: <https://fisio.ufsc.br/planos-de-ensino/>.

PLANO DE ENSINO (UFSC - Araranguá). PPC. Plano de Ensino - Psicologia: DCS7415. [S. 1.], 2023.1. Disponível em: <https://fisio.ufsc.br/planos-de-ensino/>.

PLANO DE ENSINO (UFSC - Araranguá). PPC. Plano de Ensino - Legislação Profissional e Administração: DCS7403. [S. 1.], 2023.2. Disponível em: <https://fisio.ufsc.br/planos-de-ensino/>.

PLANO DE ENSINO (UFSC - Araranguá) - PPC. Plano de Ensino - Estudos Interétnicos e Diversidade: DCS7832. [S. 1.], 2024.1 Disponível em: <https://fisio.ufsc.br/planos-de-ensino/>.

PPC (UFSC - Araranguá). Projeto Pedagógico Do Curso De Graduação em Fisioterapia Da Universidade Federal De Santa Catarina – Campus Araranguá. [S. 1.], 2019. Disponível em: <https://fisioterapia.paginas.ufsc.br/files/2012/04/PPC-Fisioterapia-2019.pdf>.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 175/2022/CUn, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022. [S. 1.], 2022. https://conselhouniversitario.paginas.ufsc.br/files/2022/12/RN_1752022CUn_Pol%C3%ADtica-de-enfrentamento-ao-racismo.pdf.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro?. São Paulo: Schwarcz s.a, 2018. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/4069/material/Quem%20Tem%20Medo%20do%20Feminismo%20Negro%20-%20Djamila%20Ribeiro.pdf>.

SABINO, Geruza et al. A trajetória dos movimentos negros pela educação: conquistas e desafios. 28. ed. Periódico científico da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 14 fev. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/40739/32698>.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. Racismo Como Determinante Social de Saúde. [s.l.: s.n.]. Secretaria de Políticas de Promoção a Igualdade Racial, 2011. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbs/wp-content/uploads/sites/3/2020/11/DOC_0013-2.pdf.

SEVALHO, Gil. A colonização do saber epidemiológico: uma leitura decolonial da contemporaneidade da pandemia de COVID-19. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wRb5ygRZSXX7RKxVRMmHSLp/?format=pdf&lang=pt>.

TEIXEIRA, Renato. Aderência dos cursos de Fisioterapia da região Norte às Diretrizes Curriculares Nacionais. Fisioter Mov, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fm/a/tzbcYJCNxbkDVr5cySLp4wP/?lang=pt>.

TEIXEIRA, Renato; NAZARÉ, Daniela. O Currículo Para a Formação do Fisioterapeuta e sua Construção Histórica. CAD. EDU SAÚDE E FIS, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/w7/Downloads/admin,+O+CURR%C3%8DCULO+PARA+A+FORMA%C3%87%C3%83O+DO%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/w7/Downloads/admin,+O+CURR%C3%8DCULO+PARA+A+FORMA%C3%87%C3%83O+DO%20(1).pdf).

UFSC (Brasil - SC). UFSC na mídia: com ações afirmativas, formandos negros aumentam em 160%. Notícias da UFSC, [S. l.], p. 01, 6 maio 2024. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2024/05/ufsc-na-midia-com-acoes-afirmativas-formandos-negros-aumentam-em-160/#:~:text=A%20reportagem%20tamb%C3%A9m%20trouxe%20o%3E.%20Acesso%20em:%202022%20jun.%202024>.

WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda. Mulheres Negras: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil. [S. l.]: CRIOLA, 2010. Disponível em: https://criola.org.br/wp-content/uploads/2017/10/livro_mulheresnegras_1_.pdf.